



Fevereiro/2011

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Rio Grande do Norte: a esquina do continente

Os portugueses tentaram iniciar a colonização em 1535, mas os índios potiguares resistiram e os franceses invadiram. A ocupação portuguesa só se efetivou no final do século, com a fundação do Forte dos Reis Magos e da Vila de Natal. O clima pouco favorável ao cultivo da cana levou a atividade econômica para a pecuária. O Estado tornou-se centro de criação de gado para abastecer os Estados vizinhos e começou a ganhar importância a extração do sal – hoje, o Rio Grande do Norte responde por 95% de todo o sal extraído no país. O petróleo é outra fonte de recursos: é o maior produtor nacional de petróleo em terra e o segundo no mar. Os 410 quilômetros de praias garantem um lugar especial para o turismo na economia estadual.

O litoral oriental compõe o Polo Costa das Dunas – com belas praias, falésias, dunas e o maior cajueiro do mundo –, do qual faz parte a capital, Natal. O Polo Costa Branca, no oeste do Estado, é caracterizado pelo contraste: de um lado, a caatinga; do outro, o mar, com dunas, falésias e quilômetros de praias praticamente desertas. A região é grande produtora de sal, petróleo e frutas; abriga sítios arqueológicos e até um vulcão extinto, o Pico do Cabugi, em Angicos. Mossoró é a segunda cidade mais importante. Além da rica história, é conhecida por suas águas termais, pelo artesanato reunido no mercado São João e pelas salinas.

Caicó, Currais Novos e Açari compõem o chamado Polo do Seridó, dominado pela caatinga e com sítios arqueológicos importantes, serras majestosas e cavernas misteriosas. Em Caicó há vários açudes e formações rochosas naturais que desafiam a imaginação do homem. O turismo de aventura encontra seu espaço no Polo Serrano, cujo clima ameno e geografia formada por montanhas e grutas atraem os adeptos do ecoturismo.

Outro polo atraente é Agreste/Trairi, com sua sucessão de serras, rochas e lajedos nos 13 municípios que compõem a região. Em Santa Cruz, a subida ao Monte Carmelo desvenda toda a beleza do sertão potiguar – em breve, o local vai abrigar um complexo voltado principalmente para o turismo religioso. A vaquejada e o Arraiá do Lampião são as grandes atrações de Tangará, que oferece ainda um belíssimo panorama no Açude do Trairi.

(Nordeste. 30/10/2010, Encarte no jornal **O Estado de S. Paulo**).

1. O texto se estrutura notadamente
 - (A) com o objetivo de esclarecer alguns aspectos cronológicos do processo histórico de formação do Estado e de suas bases econômicas, desde a época da colonização.
 - (B) como uma crônica baseada em aspectos históricos, em que se apresentam tópicos que salientam as formações geográficas do Estado.
 - (C) de maneira dissertativa, em que se discutem as várias divisões regionais do Estado com a finalidade de comprovar qual delas se apresenta como a mais bela.
 - (D) sob forma narrativa, de início, e descritiva, a seguir, visando a despertar interesse turístico para as atrações que o Estado oferece.
 - (E) de forma instrucional, como orientação a eventuais viajantes que se disponham a conhecer a região, apresentando-lhes uma ordem preferencial de visitação.
2. Com a substituição dos segmentos grifados pela expressão entre parênteses ao final da transcrição, o verbo **que deverá ser colocado no plural** está em:
 - (A) ... em breve, o local vai abrigar um complexo voltado principalmente para o turismo religioso. (a região do Agreste/Trairi).
 - (B) A ocupação portuguesa só se efetivou no final do século, com a fundação do Forte dos Reis Magos e da Vila de Natal. (A ocupação pelos portugueses).
 - (C) A região é grande produtora de sal, petróleo e frutas ... (A região de dunas, falésias e praias desertas).
 - (D) O turismo de aventura encontra seu espaço no Polo Serrano ... (O turismo voltado para atividades de aventura).
 - (E) ... e começou a ganhar importância a extração do sal ... (os recursos obtidos com a extração do sal).
3. O clima pouco favorável ao cultivo da cana levou a atividade econômica para a pecuária. (1º parágrafo)
O mesmo tipo de regência nominal que se observa acima ocorre no segmento também grifado em:
 - (A) O litoral oriental compõe o Polo Costa das Dunas – com belas praias, falésias, dunas e o maior cajueiro do mundo...
 - (B) Os 410 quilômetros de praias garantem um lugar especial para o turismo na economia estadual.
 - (C) A ocupação portuguesa só se efetivou no final do século, com a fundação do Forte dos Reis Magos e da Vila de Natal.
 - (D) Em Caicó há vários açudes e formações rochosas naturais que desafiam a imaginação do homem.
 - (E) Em Santa Cruz, a subida ao Monte Carmelo desvenda toda a beleza do sertão potiguar ...



4. As informações mais importantes contidas no texto estão resumidas, com clareza e correção, em:
- (A) Os Polos em que é dividido o Estado do Rio Grande do Norte é de beleza incomparável, com belas praias, dunas, falésias e açudes de lindo panorama, como também a caatinga. A atividade econômica está concentrada na extração do sal e na exploração do petróleo, em terra e no mar, mas apesar do clima pouco favorável para o cultivo, frutas são produzidas no Estado.
- (B) O Rio Grande do Norte é um Estado cuja economia se baseia na extração de sal, na pecuária, no turismo e na exploração de petróleo. Quanto às suas riquezas naturais e atrações turísticas, observam-se belas praias, dunas, falésias. Encontram-se, ainda, sítios arqueológicos importantes e várias formações rochosas, com serras e cavernas, além de açudes.
- (C) No litoral do Rio Grande do Norte encontra-se belas praias, dunas e falésias, com formações rochosas naturais inacreditáveis, servindo para o turismo, até mesmo de aventura e o ecoturismo, despertando interesse de aventureiros que se dispõem a conhecer toda essa região de belezas com açudes na região que eles se encontram.
- (D) O Estado do Rio Grande do Norte, desde a colonização, se divide em Polos, por suas regiões que mostram contraste entre mar e sertão, com produções de frutas, assim como petróleo e sal, com rica história e o artesanato em alguns deles. Também se observa formações rochosas em outros, e pelos açudes, ainda mais os sítios arqueológicos importantes.
- (E) O Estado em questão está sobressaindo pela produção de sal e de petróleo, também na pecuária, desde a colonização, mais ainda que os vizinhos. Ele tem belas praias, dunas, falésias e até vulcão extinto, como sítios arqueológicos de importância em todo o Estado, com seus polos distribuídos por todo ele, e ainda produz cana, mesmo com clima pouco favorável.

Vinha buscar o rei. D. João estava apavorado com a lembrança da ainda recente Revolução Francesa. Apesar do medo, D. João embarcou na carruagem que o aguardava e seguiu para o centro da cidade. A caminho, no entanto, percebeu que, em lugar de ofensas e gritos de protestos, a multidão aclamava seu nome. Ao contrário do odiado Luís XVI, o rei do Brasil era amado e querido pelo povo carioca.

(Adaptado de Laurentino Gomes, 1808. São Paulo: Planeta, 2007)

5. *Ao ouvir as notícias, a alguns quilômetros dali, D. João mandou fechar todas as janelas do palácio São Cristóvão, como fazia em noites de trovoadas.* (1º parágrafo)

Com a afirmativa acima, o autor

- (A) exprime uma opinião pessoal taxativa a respeito da atitude do rei diante da iminência da Revolução do Porto.
- (B) critica de modo inflexível a atitude do rei, que, acuado, passa o poder para as mãos do filho.
- (C) demonstra que o rei era dono de uma personalidade intempestiva, que se assemelhava a uma chuva forte.
- (D) sugere, de modo indireto, que o rei havia se alarmado com a informação recebida.
- (E) utiliza-se de ironia para induzir o leitor à conclusão de que seria mais do que justo depor o rei.

Atenção: As questões de números 5 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Os ecos da Revolução do Porto haviam chegado ao Brasil e bastaram algumas semanas para inflamar os ânimos dos brasileiros e portugueses que cercavam a corte. Na manhã de 26 de fevereiro, uma multidão exigia a presença do rei no centro do Rio de Janeiro e a assinatura da Constituição liberal. Ao ouvir as notícias, a alguns quilômetros dali, D. João mandou fechar todas as janelas do palácio São Cristóvão, como fazia em noites de trovoadas.

Pouco depois chegou o Príncipe D. Pedro, que passara a madrugada em conversas com os rebeldes.

6. ... como fazia em noites de trovoadas. (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

- (A) *Ao ouvir as notícias...*
- (B) *... D. João embarcou na carruagem...*
- (C) *... que passara a madrugada...*
- (D) *... bastaram algumas semanas...*
- (E) *... que o aguardava...*



7. Apesar do medo, D. João embarcou na carruagem que o aguardava e seguiu para o centro da cidade. A caminho, no entanto, percebeu que, em lugar de ofensas e gritos de protestos, a multidão aclamava seu nome. (2º parágrafo)

O trecho acima está reescrito com correção e lógica em:

- (A) Embora estivesse com medo, D. João subiu na carruagem que estava esperando por ele e dirigiu-se ao centro da cidade. Entretanto, durante o trajeto, em vez de escutar ofensas e protestos, ouviu o seu nome ser aclamado pela multidão.
- (B) Por estar com medo, D. João subiu na carruagem que o esperara, dirigindo-se ao centro da cidade. A medida que se aproximava do seu destino, escutou a multidão aclamar o seu nome, porém não insultando-o e ofendendo-o.
- (C) À medida que estava com medo, D. João subiu na carruagem cuja esperara, dirigindo-se ao centro da cidade. Todavia, durante o trajeto, escutaria gritos de aprovação ao invés de ofensas e protestos.
- (D) Porém, com medo, D. João sobe na carruagem que esperava-o, dirigindo-se para o centro da cidade. Ao estar-se aproximando do seu destino, escutaria seu nome sendo aclamado pela multidão, que, para sua surpresa, não protestava ou gritavam ofensas.
- (E) Estando com medo, todavia, D. João subiu na carruagem que o esperava para se dirigir no centro da cidade. Surpreende-o, pois que, no caminho, escuta a multidão aclamando o seu nome em vez de estar gritando ofensas e protestos.

8. Graças resistência de portugueses e espanhóis, a Inglaterra furou o bloqueio imposto por Napoleão e deu início campanha vitoriosa que causaria queda do imperador francês.

Preenchem as lacunas da frase acima, na ordem dada,

- (A) a - à - a
- (B) à - a - a
- (C) à - à - a
- (D) a - a - à
- (E) à - a - à

Atenção: As questões de números 9 a 11 referem-se ao texto abaixo.

O corvo e o jarro

Um pobre corvo, quase morto de sede, avistou de repente um jarro de água. Aliviado e muito alegre, voou velozmente para o jarro.

Mas, embora o jarro contivesse água, o nível estava tão baixo que, por mais que o corvo se esforçasse, não havia meio de alcançá-la. O corvo, então, tentou virá-lo, na esperança de pelo menos beber um pouco da água derramada. Mas o jarro era pesado demais para ele.

Por fim, correndo os olhos à volta, viu pedrinhas ali perto. Foi, então, pegando-as uma a uma e atirando-as dentro do jarro. Lentamente a água foi subindo até a borda, e finalmente pôde matar a sede.

(**Fábulas de Esopo**, recontadas por Robert Mathias, Círculo do Livro, p. 46)

9. Típica das fábulas, a moral da história que pode ser depreendida da leitura de **O corvo e o jarro** é:
- (A) A utilidade é mais importante do que a beleza.
- (B) Devagar se vai ao longe.
- (C) O hábito torna as coisas familiares e fáceis para nós.
- (D) A necessidade é a mãe da invenção.
- (E) Contra esperteza, esperteza e meia.

10. A reconstrução de um segmento do texto, com um diferente emprego pronominal, que mantém a correção e o sentido originais é:

- (A) *não havia meio de alcançá-la* = não havia como alcançar-lhe.
- (B) *o jarro era pesado demais para ele* = o jarro lhe era por demais pesado.
- (C) *atirando-as dentro do jarro* = atirando-lhes para dentro do jarro.
- (D) *O corvo, então, tentou virá-lo* = O corvo, então, lhe tentou virar.
- (E) *pegando-as uma a uma* = pegando-lhes uma a uma.



11. ... *viu pedrinhas ali perto*. (3º parágrafo)

A passagem para a voz passiva da frase acima resulta na seguinte forma verbal:

- (A) são vistas.
- (B) tinha visto.
- (C) foram vistas.
- (D) viu-se.
- (E) é visto.

12. A redação de documentos oficiais deve pautar-se por *impeccabilidade, clareza, concisão* e pelo *uso correto da norma culta*. Todas essas qualidades são respeitadas no seguinte trecho:

- (A) Este setor do Governo Estadual, responsável pelo atendimento a vítimas de desastres naturais, elaborou um plano geral de assistência a ser encaminhado às entidades que colaboram nesse atendimento, para a adequada efetivação dos trabalhos nas ocasiões de calamidade pública.
- (B) O Instituto Benefício para Todos deverá estar sendo convidado para fazer parte de uma campanha destinada a angariar donativos, que se espera seja suficiente para atender a todos os desabrigados da enchente; conforme estipulado pela Coordenadoria, que foi considerada de relevante interesse social.
- (C) Como Deputado da Bancada Estadual, sinto-me avexado por que não estou podendo atender com mais prontidão e benefícios as vítimas dessa implacável seca, que teve motivos alheios à minha vontade para não conseguir isso.
- (D) Membros da Comissão Técnica destinada a averiguar a distribuição de favores em troca de votos, apurou que o Presidente do Conselho de Agricultores do Estado afirmou ao seu Vice de que ele poderia estar sendo investigado por desvio de verbas.
- (E) O critério metodológico de escolha dos participantes das equipes de atendimento à vítimas de desastres naturais estão sendo preparados, tendo em vista que é importante observar a correspondência entre tais desastres e o atingimento de pessoas nessa situação.

Atenção: As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto abaixo.

João e Maria

Agora eu era o herói

E o meu cavalo só falava inglês

A noiva do cowboy

Era você

Além das outras três

Eu enfrentava os batalhões

Os alemães e seus canhões

Guardava o meu bodoque

E ensaiava um rock

Para as matinês

(...)

Não, não fuja não

Finja que agora eu era o seu brinquedo

Eu era o seu pião

O seu bicho preferido

Sim, me dê a mão

A gente agora já não tinha medo

No tempo da maldade

Acho que a gente nem tinha nascido

Chico Buarque e Sivuca

13. I. Nos versos *Agora eu era o herói* e *A gente agora já não tinha medo*, o uso do advérbio **agora** mostra-se inadequado, pois os verbos conjugados no pretérito imperfeito designam fatos transcorridos no tempo passado.
- II. Em *Finja que agora eu era o seu brinquedo* e *Sim, me dê a mão*, os verbos grifados estão flexionados no mesmo modo.
- III. Substituindo-se a expressão *a gente* pelo pronome **nós** nos versos *A gente agora já não tinha medo* e *Acho que a gente nem tinha nascido*, a forma verbal resultante, sem alterar o contexto, será *teríamos*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.



<p>14. <i>Eu enfrentava os batalhões</i></p> <p><i>Os alemães e seus canhões</i></p> <p><i>Guardava o meu bodoque</i></p> <p><i>E ensaiava um rock</i></p> <p><i>Para as matinês</i></p> <p>Os versos acima estão corretamente pontuados em:</p> <p>(A) Eu enfrentava, os batalhões – os alemães e seus canhões –, guardava o meu bodoque e ensaiava um rock: para as matinês.</p> <p>(B) Eu enfrentava, os batalhões, os alemães e seus canhões. Guardava o meu bodoque e ensaiava um rock, para as matinês.</p> <p>(C) Eu enfrentava: os batalhões, os alemães e seus canhões – guardava o meu bodoque e ensaiava, um rock para as matinês.</p> <p>(D) Eu enfrentava os batalhões; os alemães e seus canhões: guardava o meu bodoque e ensaiava um rock – para as matinês.</p> <p>(E) Eu enfrentava os batalhões, os alemães e seus canhões; guardava o meu bodoque e ensaiava um rock para as matinês.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Microinformática</p> <p>16. As instruções que uma CPU necessita para executar um programa são buscadas</p> <p>(A) nas interfaces USB. (B) no disco rígido. (C) na memória. (D) no <i>drive</i> de DVD. (E) no barramento de endereços.</p> <p>17. No <i>Windows XP</i>, uma das funções do <i>Windows Explorer</i> é organizar arquivos e pastas através de operações disponíveis em menus e botões. Uma operação NÃO disponível no <i>Explorer</i> é:</p> <p>(A) copiar. (B) salvar. (C) recortar. (D) renomear. (E) colar.</p> <p>18. No <i>BrOffice.org 3.2 Writer</i>, o menu Arquivo conta com a opção de exportar diretamente para um formato especificamente identificado. Tal opção é identificada por <i>Exportar como</i></p> <p>(A) <i>DOC...</i> (B) <i>XLS...</i> (C) <i>WRI...</i> (D) <i>SWF...</i> (E) <i>PDF...</i></p> <p>19. No <i>BrOffice.org 3.2 Calc</i>, a fórmula =SOMA(A1:C2;B3) calculará a soma dos valores das células</p> <p>(A) A1, B1, C1, A2, B2, C2 e B3. (B) A1, B1, C1, A2, B2, C2, ignorando B3. (C) A1, B1, C1, A2, B2, C2 e dividindo-a por B3. (D) A1, B1, C1, A2, B2, C2 e multiplicando-a por B3. (E) A1, B1, C1, A2, B2, C2 e exibirá uma informação de erro.</p>
<p>15. É comum que, durante suas brincadeiras, as crianças se para um universo mágico e a identidade de uma personagem admirada, um super-herói ou uma figura da realeza.</p> <p>Preenche corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada, o que está em:</p> <p>(A) transportem – assumam – seja</p> <p>(B) transportam – assumiriam – sendo</p> <p>(C) transportariam – assumiriam – seria</p> <p>(D) transportam – assumem – seja</p> <p>(E) transportem – assumem – seria</p>	<p>20. Em relação a correio eletrônico, é correto afirmar:</p> <p>(A) Endereços de correio eletrônico no padrão <u>nome@xxx.xxx.com.br</u>, estão restritos a destinatários do território brasileiro, apenas.</p> <p>(B) Exceto o campo assunto, cada campo de cabeçalho do correio eletrônico tem seu tamanho máximo limitado a dez caracteres.</p> <p>(C) O <i>web mail</i> é um aplicativo que permite o envio e a recepção de mensagens de correio eletrônico, desde que não exista anexos nessas mensagens.</p> <p>(D) Todo programa de correio eletrônico disponibiliza funcionalidades que permitem encaminhar uma mensagem recebida a um ou a vários endereços de correio eletrônico.</p> <p>(E) Todo programa de correio eletrônico possui mecanismos que detectam e bloqueiam mensagens infectadas por vírus de computador.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. Nos termos da Lei nº 8.112/90, ao servidor é proibido

- (A) opor resistência justificada ao andamento de processo.
- (B) ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo que tenha autorização do chefe imediato.
- (C) manter sob sua chefia imediata parente de quarto grau civil.
- (D) retirar documento da repartição, ainda que tenha autorização de autoridade competente.
- (E) promover manifestação de apreço no recinto da repartição.

22. A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, denomina-se:

- (A) readaptação.
- (B) recondução.
- (C) reversão.
- (D) reintegração.
- (E) remoção.

23. Nos contratos administrativos:

- (A) o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato; no entanto, essa responsabilidade é excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- (B) a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- (C) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- (D) a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, além de poder onerar o objeto do contrato e restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.
- (E) o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá, em qualquer hipótese, subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

24. No que concerne ao processo administrativo:

- (A) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o encaminhará à autoridade superior.
- (B) O processo administrativo, de que resulte sanção, poderá ser revisto a qualquer tempo, apenas por pedido expresso da parte interessada, desde que surjam fatos novos que justifiquem a inadequação da sanção aplicada.
- (C) Em regra, a interposição de recurso administrativo depende de caução.
- (D) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (E) Tem legitimidade para interpor recurso administrativo aquele cujo direito ou interesse for indiretamente afetado pela decisão recorrida.

25. A responsabilidade do servidor público civil

- (A) resulta de ato apenas comissivo, praticado no desempenho de cargo ou função.
- (B) somente será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.
- (C) de reparar o dano não se estende aos sucessores do servidor público.
- (D) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- (E) implicará na aplicação de sanção administrativa, que não poderá cumular-se com demais sanções de natureza penal ou civil, sob pena de caracterizar *bis in idem*.

26. A advertência será aplicada na hipótese de

- (A) inassiduidade habitual.
- (B) recusar fé a documentos públicos.
- (C) aceitar comissão de estado estrangeiro.
- (D) praticar usura sob qualquer de suas formas.
- (E) proceder de forma desidiosa.

27. Nos atos administrativos:

- (A) a imperatividade é um atributo que existe em todos os atos administrativos.
- (B) a invalidação é o desfazimento de um ato administrativo, e nem sempre ocorre por razões de ilegalidade.
- (C) o motivo e a finalidade são requisitos sempre vinculados dos atos administrativos.
- (D) a Administração pode autoexecutar suas decisões, empregando meios diretos de coerção, utilizando-se inclusive da força.
- (E) a invalidação dos atos administrativos opera efeitos *ex nunc*.



28. O princípio segundo o qual os critérios e fatores seletivos previstos no edital devem ser adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se, assim, qualquer surpresa para os participantes da licitação, denomina-se:

- (A) Adjudicação Compulsória.
- (B) Publicidade.
- (C) Julgamento Objetivo.
- (D) Impessoalidade.
- (E) Probidade Administrativa.

29. É possível a acumulação remunerada de

- (A) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horário.
- (B) um cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, independentemente da comprovação da compatibilidade de horário.
- (C) dois cargos públicos técnicos ou científicos, independentemente da comprovação da compatibilidade de horário.
- (D) dois cargos em comissão, mesmo que um deles não seja exercido em condição interina.
- (E) dois cargos de professor, ainda que não haja compatibilidade de horário.

30. No que diz respeito aos direitos e vantagens dos servidores públicos, previstos na Lei nº 8.112/90:

- (A) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, sem as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- (B) O vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens de caráter permanente, é redutível.
- (C) As indenizações são incorporadas ao vencimento ou provento.
- (D) As gratificações e os adicionais, em hipótese alguma, incorporam-se a vencimentos ou proventos.
- (E) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Noções de Direito Constitucional

31. Considere as assertivas abaixo a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos.

- I. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo lícita a interferência estatal em seu funcionamento.
- II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão administrativa, desde que devidamente fundamentada.
- III. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a suspensão ou interdição de direitos.
- IV. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

32. NÃO é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos

- (A) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (B) aposentadoria.
- (C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
- (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- (E) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

33. De acordo com a Constituição Federal é crime inafiançável e imprescritível

- (A) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) o terrorismo, apenas.
- (C) os definidos como crimes hediondos.
- (D) a tortura, apenas.
- (E) o terrorismo e a tortura.



<p>34. De acordo com a Constituição Federal brasileira, em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a</p> <p>(A) trinta por cento do subsídio dos Deputados Federais.</p> <p>(B) trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.</p> <p>(C) vinte por cento do subsídio dos Deputados Federais.</p> <p>(D) vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.</p> <p>(E) quinze por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.</p>	<p>38. De acordo com a Constituição Federal brasileira, elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário, é competência</p> <p>(A) dos Tribunais de Justiça locais.</p> <p>(B) do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(E) do Presidente da República através do Procurador Geral.</p>
<p>35. Os Estados poderão, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, instituir, mediante</p> <p>(A) lei complementar, apenas aglomerações urbanas, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.</p> <p>(B) lei complementar, apenas regiões metropolitanas constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.</p> <p>(C) lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.</p> <p>(D) lei ordinária, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.</p> <p>(E) decreto, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.</p>	<p>39. O Conselho Nacional da Magistratura, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de</p> <p>(A) sete Ministros do Supremo Tribunal Federal, por este escolhidos, mediante votação nominal para um período de dois anos, inadmitida a recusa do encargo.</p> <p>(B) sete Ministros do Supremo Tribunal Federal, escolhidos pelo Senado Federal, mediante votação nominal para um período de dois anos, inadmitida a recusa do encargo.</p> <p>(C) quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal e três do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos pelo Presidente da República para um período de dois anos, inadmitida a recusa do encargo.</p> <p>(D) sete Ministros do Supremo Tribunal Federal, por este escolhidos, mediante votação nominal para um período de quatro anos, inadmitida a recusa do encargo.</p> <p>(E) quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal e três do Superior Tribunal de Justiça, escolhidos pelo Presidente da República para um período de quatro anos, inadmitida a recusa do encargo.</p>
<p>36. Julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal e julgar válida lei local contestada em face de lei federal é competência do</p> <p>(A) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.</p> <p>(D) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.</p> <p>(E) Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Justiça do Estado, respectivamente.</p>	<p>40. Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que,</p> <p>(A) no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício.</p> <p>(B) no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício.</p> <p>(C) será sempre adquirida após cinco anos de exercício, independente do grau.</p> <p>(D) será sempre adquirida após três anos de exercício, independente do grau.</p> <p>(E) no primeiro grau, só será adquirida após cinco anos de exercício.</p>
<p>37. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão mediante eleição, pelo voto secreto, dentre outros, de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo</p> <p>(A) Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado.</p> <p>(C) Tribunal de Justiça do respectivo Estado.</p> <p>(D) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Presidente da República.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Civil</p> <p>41. João, casado com Dora, possui quatro filhos: Ana, Fábio, Douglas e Mônica. Ana possui dezesseis anos e cinco meses; Fábio possui dezoito anos, mas é pródigo; Douglas possui vinte anos, mas é excepcional, sem desenvolvimento mental completo e Mônica possui vinte e cinco anos, mas, em razão de causa transitória, não pode exprimir a sua vontade. Nesta família, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer</p> <p>(A) Ana, Fábio e Douglas.</p> <p>(B) Ana e Douglas.</p> <p>(C) Ana, Fábio e Mônica.</p> <p>(D) Fábio, Douglas e Mônica.</p> <p>(E) Ana, apenas.</p>



42. Murilo desapareceu em alto mar. Considerando que Murilo era casado e convivia maritalmente com Gabriela, que possui um filho maior, Carlos, e que seus pais, Marta e Manoel são vivos, declarada a sua ausência será nomeado seu curador
- (A) Manoel, apenas.
(B) Carlos, apenas.
(C) Marta, apenas.
(D) Gabriela, apenas.
(E) Marta ou Manoel.
43. De acordo com o Código Civil brasileiro, os partidos políticos, as organizações religiosas e as associações são pessoas jurídicas de direito
- (A) público.
(B) privado.
(C) público, privado e privado, respectivamente.
(D) público, público e privado, respectivamente.
(E) privado, privado e público, respectivamente.
44. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor,
- (A) destinados à União.
(B) incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
(C) destinados ao Estado onde estiverem localizados.
(D) destinados ao Município onde estiverem localizados.
(E) a família deverá dar a destinação adequada.
45. Tobias é agente diplomático do Brasil. Citado no estrangeiro, alegou extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio. Neste caso, Tobias
- (A) poderá ser demandado no domicílio de seus ascendentes ou no Distrito Federal.
(B) deverá ser demandado obrigatoriamente no Distrito Federal.
(C) deverá ser demandado obrigatoriamente no último ponto do território brasileiro onde teve domicílio.
(D) deverá ser demandado obrigatoriamente no domicílio de seus ascendentes e, na falta deles, no último ponto do território brasileiro onde o teve.
(E) poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde teve domicílio.
46. Uma nota de R\$ 100,00 e um saco de arroz são bens
- (A) infungíveis e consumíveis.
(B) móveis e infungíveis.
(C) móveis e fungíveis.
(D) móveis e indivisíveis.
(E) imóveis e consumíveis.
47. Quando, simultaneamente à determinada proposta de contrato, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente, esta
- (A) deixa de ser obrigatória.
(B) continua sendo obrigatória tendo em vista que a retratação deve chegar ao conhecimento do proponente antes da proposta.
(C) continua sendo obrigatória, mas a retratação pode gerar efeitos dependendo do seu conteúdo jurídico.
(D) passa a não existir, mas o proponente responderá pelas perdas e danos provenientes da retratação.
(E) passa a não existir, mas o proponente arcará com a multa prevista no Código Civil brasileiro de 10% sobre o valor da proposta.
48. Tratando-se de coisa móvel da qual o adquirente já estava na posse, ele, de regra, decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de
- (A) quarenta e cinco dias contados da alienação.
(B) trinta dias contados da alienação.
(C) quinze dias contados da alienação.
(D) sessenta dias contados da alienação.
(E) noventa dias contados da alienação.
49. Com relação à Evicção, considere:
- I. As benfeitorias necessárias ou úteis, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
II. Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído.
III. Pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era litigiosa, em razão da soberania do direito de demandar judicialmente.
IV. Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
(B) II, III e IV.
(C) I e IV.
(D) I, II e IV.
(E) I, II e III.



50. No contrato aleatório, por ser objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, o alienante que não tiver concorrido culposamente
- (A) não terá direito a qualquer valor porque o contrato será considerado inexistente, sendo as partes obrigadas a ressarcir perdas e danos.
 - (B) terá direito ao preço proporcional à quantidade que a coisa venha a existir.
 - (C) não terá direito a qualquer valor, estando o contrato desfeito em razão da divergência na quantidade.
 - (D) terá direito ao preço proporcional à quantidade que a coisa venha a existir acrescido de 30% deste valor.
 - (E) terá direito a todo o preço, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior à esperada.

Noções de Direito Eleitoral

51. A zona eleitoral corresponde
- (A) à dimensão espacial dos Estados-membros ou à do Distrito Federal, em se tratando de eleições estaduais ou distritais.
 - (B) ao menor núcleo de organização da Justiça Eleitoral, contendo, cada uma, um número máximo de 400 (quatrocentos) eleitores.
 - (C) à competência definida em relação aos juízes eleitorais.
 - (D) à unidade previamente definida em lei complementar de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) à uma organização que, na conformidade do artigo 36 do Código Eleitoral, compreende a figura de um Juiz de Direito, seu Presidente, e 2 (dois) a 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade, com a função de expedir os boletins de apuração.
-
52. O alistamento eleitoral é um requisito indispensável para o exercício do voto, consistindo no procedimento pelo qual o cidadão qualifica-se perante a Justiça Eleitoral e se insere como membro do eleitorado nacional. O alistamento pode ou deve ser realizado
- (A) facultativamente para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, ainda que completem os dezesseis anos no ano em que se realizarem as eleições, desde que até a data do pleito.
 - (B) facultativamente no caso dos conscritos e analfabetos.
 - (C) *ex officio*, isto é, por impulso próprio do órgão estatal.
 - (D) facultativamente no caso de pessoa portadora de deficiência, quando reste comprovado que o cumprimento das obrigações eleitorais relativas ao alistamento é impossível ou demasiadamente oneroso.
 - (E) obrigatoriamente pelos que se encontrem fora do país.
-
53. A diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral habilita os candidatos eleitos e seus suplentes a exercer seus respectivos mandatos. Dentre suas características, destaca-se que
- (A) a competência para outorgar a diplomação pode ser de um órgão monocrático ou colegiado, conforme a instância em que ocorra.
 - (B) a data da diplomação não pode ser alterada pela Justiça Eleitoral, uma vez que constitui objeto de norma expressa, de natureza cogente, na legislação eleitoral.
 - (C) a expedição do diploma pode ser fiscalizada por partido político, coligação, candidato ou membro do Ministério Público, ante seu caráter de ato jurídico público.
 - (D) nas eleições majoritárias são diplomados somente os candidatos eleitos ao Poder Executivo, não sendo cabível a diplomação dos vices.
 - (E) existindo recurso contrário à diplomação, esta será sobrestada enquanto não julgado o recurso.



54. O procedimento de revisão do eleitorado tem por finalidade:
- (A) a verificação de fraudes no alistamento de uma zona eleitoral ou município, resultando, quando confirmada a existência de qualquer fraude, no cancelamento de ofício das inscrições eleitorais irregulares.
 - (B) a verificação de fraudes no alistamento de uma zona eleitoral ou município, resultando, quando provada a fraude em proporção comprometedora, no cancelamento de ofício das inscrições eleitorais irregulares.
 - (C) a contabilização do eleitorado em uma zona eleitoral ou município, sendo sempre realizado no ano anterior às eleições.
 - (D) a contabilização do eleitorado em uma zona eleitoral ou município, sendo sempre realizado no mesmo ano em que realizadas as eleições.
 - (E) a verificação de fraudes no alistamento de uma zona eleitoral ou município, resultando, quando provada a fraude em proporção de no mínimo 20% (vinte por cento) do eleitorado, no cancelamento de ofício das inscrições eleitorais irregulares.
-
55. A prestação de contas nas campanhas eleitorais configura procedimento obrigatório, tendente a preservar a lisura e a transparência no fluir financeiro de candidatos e partidos em tal período. Realizada perante a Justiça Eleitoral, a prestação de contas nas campanhas eleitorais está regulamentada na Lei nº 9.504/97, a qual prevê, entre outras normas, obrigações a partidos e candidatos no sentido de prestar informações acerca da arrecadação e dispêndio de recursos, os procedimentos para a apresentação das contas e as consequências da não apresentação ou rejeição das contas. Entre tais normas, vale destacar que
- (A) a prestação de contas poderá ser feita por preposto do candidato ou pelos doadores para o comitê financeiro.
 - (B) no caso de eleição para cargo majoritário, cabe ao comitê financeiro, e não ao candidato, o encaminhamento à Justiça Eleitoral das informações contidas nas prestações de contas.
 - (C) a inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação, embora esta tenha seus efeitos suspensos enquanto não concluída a prestação de contas.
 - (D) a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, sendo duas suas condutas possíveis: a aprovação ou a desaprovação das contas.
 - (E) não prestadas as contas no prazo legal, a Justiça Eleitoral lhes considerará, de imediato, desaprovadas.
-
56. O regimento interno do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte prevê a existência de duas comissões permanentes: a de Regimento e a de Jurisprudência. Entre as atribuições de cada comissão, ressalta-se que
- (A) cabe exclusivamente à comissão de Regimento a iniciativa para a apresentação de qualquer emenda ao regimento interno do Tribunal.
 - (B) a comissão de Regimento é responsável por aprovar as alterações no regimento interno do Tribunal.
 - (C) a comissão de Jurisprudência, presidida pelo juiz mais antigo, tem a função de decidir as reclamações por erro material na ata do Plenário e na publicação de acórdãos.
 - (D) à comissão de Regimento incumbe opinar, em processo administrativo, quando consultada pelo Presidente.
 - (E) à comissão de Jurisprudência é vedada a apresentação de emendas ao regimento interno do Tribunal.
-
57. Inconformado em razão da derrota no pleito eleitoral, o candidato formula perante a Junta Eleitoral pedido de recontagem de votos, alegando que o resultado está sob suspeita. Ao conhecer do pedido, cabe ao juiz presidente da Junta Eleitoral
- (A) recusar a realização do procedimento de recontagem, salvo quando presentes hipóteses legais específicas como, por exemplo, a apresentação do total de votos nulos, brancos ou válidos destoante da média geral das demais seções do mesmo município.
 - (B) recusar a realização do procedimento de recontagem, salvo quando presentes hipóteses legais específicas como, por exemplo, quando exista diferença relevante no percentual de votos apurados para cada candidato em relação à última pesquisa eleitoral realizada por instituto credenciado ao Tribunal Superior Eleitoral.
 - (C) realizar, obrigatoriamente, o procedimento de recontagem, podendo, contudo, requerer ao Tribunal Regional Eleitoral a dispensa de fazê-lo, sob o fundamento de que a recontagem tem natureza meramente procrastinatória.
 - (D) realizar o procedimento de recontagem por uma única vez, sem análise do mérito, não cabendo novos pedidos de recontagem.
 - (E) recusar a realização do procedimento de recontagem, salvo quando presentes hipóteses legais específicas como, por exemplo, no caso de votação por cédulas, a pequena diferença entre os votos conferidos aos candidatos.



58. As agremiações políticas e coligações possuem prerrogativas de fiscalização do processo de votação e apuração das eleições, as quais são garantidas por normas expressas na legislação eleitoral, sendo que, caso não observadas, podem acarretar nulidades na votação. Entre tais prerrogativas, insere-se
- (A) a nomeação de fiscal para fiscalizar seção eleitoral, sendo-lhe vedado, contudo, nomear o mesmo fiscal para mais de uma seção, ainda que no mesmo local de votação.
 - (B) o requerimento do registro, na Justiça Eleitoral, dos fiscais e delegados que participarão da fiscalização, para que aquela expeça as credenciais necessárias à livre circulação nas seções eleitorais.
 - (C) o conhecimento antecipado dos programas de computador utilizados no processamento eletrônico da totalização dos resultados, podendo, inclusive, apresentar, em relação a eles, impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.
 - (D) constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados, contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas de sua confiança, independente de credenciamento junto à Justiça Eleitoral, as quais receberão, previamente, os programas de computador e, simultaneamente, os mesmos dados alimentadores do sistema oficial de apuração e totalização.
 - (E) obter cópia do boletim de urna, sem limitação temporal para seu requerimento.
-
59. A figura do voto em trânsito, prevista no artigo 233-A do Código Eleitoral e regulamentada pela Resolução nº 23.215, de 2 de março de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, constituiu inovação importante nas eleições de 2010. Nos termos de tal legislação, o voto em trânsito consiste na possibilidade do eleitor nacional, que se encontre
- (A) em território estrangeiro no dia do pleito, votar na sede da embaixada do Brasil no país respectivo, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
 - (B) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar em qualquer outra zona eleitoral, desde que realizada prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos federais.
 - (C) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar em qualquer outra zona eleitoral, independente de prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos federais.
 - (D) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar na capital do Estado em que estiver presente ou de passagem na ocasião, independente de prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível o voto em todos os cargos federais e para os estaduais referentes à localidade em que realizado o voto.
 - (E) fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito, votar na capital do Estado em que estiver presente ou de passagem na ocasião, desde que realizada prévia habilitação junto a cartório eleitoral, sendo possível somente o voto nos candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.
-
60. O processo eleitoral é uma das formas de concretização do princípio democrático, razão pela qual é merecedor de diversas garantias previstas, expressamente, na legislação. Entre tais garantias, destaca-se que
- (A) nenhuma autoridade poderá, desde cinco dias antes e até quarenta e oito horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, ainda que em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável.
 - (B) os membros das Mesas Receptoras, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito. Tal garantia não se estende aos fiscais dos partidos.
 - (C) o eleitor, embora não possua a prerrogativa de representar diretamente ao corregedor geral ou regional da Justiça Federal, pode provocar o Ministério Público ou o partido político para que o faça.
 - (D) é proibida, durante o ato eleitoral, a presença de força pública no edifício em que funcionar Mesa Receptora, ou nas imediações, sendo que a força armada conservar-se-á a cem metros da Seção Eleitoral e não poderá aproximar-se do lugar da votação, ou nele penetrar, sem ordem do Presidente da Mesa.
 - (E) aos partidos políticos é assegurada a prioridade postal durante o ano da realização das eleições, para remessa de material de propaganda de seus candidatos registrados.



PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Escolha UMA (apenas uma) das seguintes propostas para o seu texto e identifique na Folha de Redação o número da proposta escolhida.

Proposta I

Capazes de aproximar candidatos e eleitores e promover debates engajados em tempo real, as novas tecnologias da comunicação impõem desafios imprevisíveis e de difícil solução ao Tribunal Superior Eleitoral, como o de fiscalizar a chamada “boca de urna digital” e a autenticidade do que se veicula na internet.

Discuta, em um texto dissertativo-argumentativo, a utilização das novas mídias durante o período eleitoral.

Proposta II

No Art. 14 da Constituição Brasileira consta: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: (I) – plebiscito; (II) – referendo; (III) – iniciativa popular."

A iniciativa popular levou à criação da chamada Lei da Ficha Limpa, marco fundamental para a democracia na luta contra a corrupção e a impunidade.

Discuta, em um texto dissertativo-argumentativo, o que representa essa Lei para a democracia brasileira.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30